

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003086-25.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **José Salustiano da Silva**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

José Salustiano da Silva propôs a presente ação de revisão de aposentadoria em face de Instituto Nacional do Seguro Social, pedindo a condenação do réu a proceder ao recálculo da aposentadoria por tempo de contribuição do autor, nos termos do artigo 31 da Lei 9.528/97, com a inclusão, no salário de contribuição, do valor mensal do auxílio-acidente, correspondente a 50% do salário de benefício, a partir da citação do 16º dia depois do acidente, uma vez provados o nexo causal e a incapacitação parcial e definitiva.

Em contestação de fls. 31/49, o réu suscita a incompetência da Vara Estadual para apreciar a ação. Alega que se a pretensão do autor tem em mira o redimensionamento da aposentadoria, sendo ela de caráter previdenciário, resta clara a falta de atribuição jurisdicional na espécie, haja vista a matéria pertencer à seara da Justiça Federal. Superado isto, alega que o acidente indicado na exordial ocorreu após o advento da Lei 9.528/97 e, portanto, o autor não faz jus à incorporação do benefício à aposentadoria.

Laudo Pericial a fls.199/204.

Manifestação do laudo pelo réu (fls.211). Manifestação do laudo pelo autor (fls. 212/215).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>**

É o relatório. Fundamento e Decido.

Improcede a causa de pedir de incompetência, porque trata-se de revisão de auxílio-acidente, este de competência da Justiça Estadual.

Razão assiste ao réu, pois inexistia no ordenamento jurídico brasileiro qualquer proibição para que o segurado do Instituto Nacional do Seguro Social recebesse, ao mesmo tempo, os benefícios previdenciários de aposentaria e auxílio-acidente. Somente após a edição da Lei nº. 9.528/97 (BRASIL, 1997) é que ocorreu a vedação expressa quanto à acumulação simultânea destes.

A garantia quanto à acumulação do auxílio-acidente com aposentadoria, antes da vigência da referida Lei, permeiam atualmente inúmeras decisões sendo transcritos abaixo alguns precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

0067382-71.2010.8.26.0224 - Apelação / Auxílio-Acidente (Art. 86)

Relator(a): Flora Maria Nesi Tossi Silva

Comarca: Guarulhos

Órgão julgador: 16ª Câmara de Direito Público

Data do julgamento: 22/10/2013

Data de registro: 30/10/2013

**Ementa:** CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE COM TERMO INICIAL APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 9.528/97, que veda expressamente a cumulação desses dois benefícios (art.86, parágrafo 2º., da Lei 8213/91, com a redação dada pela lei 9528/97).

9089108-87.2000.8.26.0000 - Apelação sem Revisão/Acidente de Trabalho.

Relator(a): Rocha de Souza

Comarca: Santo André

Órgão julgador: 8a. Câmara do Quarto Grupo (Extinto 2º TAC)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

Data do julgamento: 12/02/2004

Data de registro: 20/02/2004

Outros números: 675026300

**Ementa:** ACIDENTE DO TRABALHO APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DESDE 27/02/98 - PLEITO INTENTADO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI nº 9.528/97. Inadmissível a cumulação de aposentadoria por tempo de contribuição, em manutenção, com o auxílio-acidente, quando a ação tiver sido ajuizada após a vigência da Lei 9528/97. Matéria preliminar acolhida, provido o recurso oficial. Carência da ação decretada.

Portanto, não cabe ao caso a aplicação da lei 9.258/97, artigo 31 como pleiteia o autor, haja vista referida Lei ter trazido consigo a vedação expressa quanto à cumulação simultânea destes dois benefícios.

*In casu*, restou incontroverso que o autor detém a qualidade de segurado, tanto que já recebia aposentadoria por tempo de contribuição.

Outrossim, o laudo pericial elaborado pelo perito nomeado pelo Juízo constatou que o acidente relatado lhe conferiu sequela funcional discreta/leve e não incapacitante ao exercício da atividade laborativa desenvolvida nessa ocasião, bem como continua apto a demais tarefas afins de forma remunerada a terceiros conforme seu histórico profissional (vide fls. 202).

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

advocatícios, esses fixados em R\$ 800,00, ante a inexistência de complexidade, com atualização monetária e juros de mora a contar da publicação da presente, observando-se, contudo, os benefícios da gratuidade processual. Oportunamente, arquivem-se os autos. São Carlos, 07 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**